

CONFLITOS E TENSÕES ENTRE BDSM E FEMINISMO: ALGO MUDOU?

ANDRESSA CAROLINA DO NASCIMENTO NUNES
RAFAEL DIOGO PEREIRA

RESUMO

O BDSM erótico é caracterizado por um conjunto de práticas inseridas nos universos sadomasoquista e fetichista, regrados pelos princípios de segurança, consensualidade e sanidade. Praticantes e membros da comunidade BDSM são há muito discriminados e hostilizados não somente pela sociedade em geral, mas também por uma parte vocal do movimento feminista, o feminismo radical. Desde o final da década de 1970 feministas radicais vêm se pronunciando contrárias às práticas sadomasoquistas e à pornografia, gerando um conflito que se desenrolou tanto na mídia, quanto na arena política, a fim de determinar o posicionamento do feminismo sobre sexo e sexualidade. Artigos como o de Luke Lockhart (2015) nos revelam que as tensões entre o feminismo e o BDSM, embora tenham se esvaído com o tempo, de modo algum cessaram por completo. O que justifica o questionamento: o que se tem produzido nos circuitos feministas a respeito do BDSM ultimamente? A fim de responder a essa questão, este artigo tem por objetivo discutir de que forma a temática BDSM tem sido tratada em estudos feministas nos últimos anos. Selecionamos produções acadêmicas que abordaram o fenômeno do BDSM sob o prisma das perspectivas feministas e percebemos que o debate tampouco foi esgotado, como também ainda acena para novos e interessantes desdobramentos nessa discussão.

PALAVRAS-CHAVE

BDSM; Feminismo; Estudos de gênero; feminismo radical.

Conflicts and Tensions between BDSM and Feminism: Has something changed?

ABSTRACT

Erotic BDSM is characterized by a set of practices belonging to the fetishist and sadomasochist universes, ruled by the principles of safety, consensuality and sanity. Practitioners and members of the BDSM community have long been discriminated against and suffered from hostility acts not only coming from society at large, but also from some vocal sections of the feminist movement, the radical feminism. Ever since the late 1970s, radical feminists have been voicing their opposition to sadomasochist practices and pornography, generating a conflict that unfolded both in the media, and in the political arena, in order to determine feminism's stand on sex and sexuality. Authors like Luke Lockhart (2015) have revealed that the tensions between feminism and BDSM, although they have faded with time, by no means completely ceased. Which raises the question: what has been written about BDSM in the feminist circuits lately? In order to answer the question, this paper aims to discuss the ways the BDSM thematic has been treated by feminist approaches in the past few years. We have selected works that broach the topic of BDSM from under a prism of feminist perspectives and we have found that not only the debate has not been exhausted, but also that it has been pointing towards new and exciting developments.

KEYWORDS

BDSM; Feminism; Gender studies; Radical feminism.

SOBRE OS AUTORES

ANDRESSA CAROLINA DO NASCIMENTO NUNES

Doutoranda em Administração, com foco em Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui título de mestre em Administração, com foco em Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade, concedido pela mesma instituição. Seu foco de pesquisa recai sobre as temáticas de Sexualidade, Gênero, Raça e Classe.

RAFAEL DIOGO PEREIRA

Doutor em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD/UFMG) e professor do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG). Atualmente, direciona seu foco de pesquisa para os seguintes temas: Relações de Poder nas Organizações, Sexualidade nas Organizações, Análise Crítica do Discurso, Perspectivas Pós-estruturalistas nos Estudos Organizacionais.

SUBMETIDO EM

27/08/2017

APROVADO EM

25/06/2018

As diversas formas de expressões sexuais e estilos de vida encontram-se difundidas a partir de uma profusão de discursos e circuitos que recorrentemente tomam conta dos debates públicos e instigam os debates acadêmicos, em um movimento de retroalimentação na qual a academia se vê na obrigação de lidar com os vários discursos circulantes e passar a atentar tanto para os novos fenômenos, quanto para aqueles sobre os quais reinava o silêncio do moralismo. Tal foi o caso do BDSM erótico, caracterizado como um conjunto de práticas inseridas no universo sadomasoquista e fetichista, que incluem a realização de jogos de poder, fantasia, intensos estímulos físicos, psicológicos e emocionais, em uma relação consensual entre adultos. Aos adeptos de tais práticas, são reservados os nomes de *BDSMers* ou *SMers*, geralmente membros de comunidades maiores cujos espaços de interação se resumem a ambientes privados de frequência social entre os membros, que trocam, além de prazeres, informações e técnicas de como aperfeiçoar e se tornar mais segura a prática.

Dito assim, parece um esporte qualquer cujos membros mais dedicados se inserem em clubes, buscando mais informações, compartilhando entusiasmo com outros adeptos e se sentindo mais atraídos pelo seu objeto de afeto. No entanto, por envolver atividades sexuais, os membros da comunidade SM há muito são discriminados e hostilizados não somente pela sociedade em geral, mas também por uma parte vocal do movimento de luta e contestação das desigualdades de gênero, em particular, a corrente radical dos feminismos, conforme nos retrata Susan Wright (2006) em seu estudo acerca da discriminação sofrida por praticantes BDSM.

Este clima de hostilidade entre as feministas radicais e os *BDSMers* emergiu desde o final da década de 1970, quando se instaurou a chamada “guerra dos sexos”, conflito que se desenrolou tanto na mídia, quanto na arena política, a fim de determinar o posicionamento do Feminismo, enquanto movimento político, sobre o sexo (WRIGHT, 2006). Conflito, pois as consequências chegaram ao ponto de atos de agressão e violência entre as partes, conforme expôs Wright (2006) em seu trabalho. Parte do movimento se posicionava contra a pornografia e as práticas sadomasoquistas, enquanto outra parte se posicionava a favor do direito às escolhas e à liberdade sexual (WRIGHT, 2006). Logo, enquanto algumas feministas focavam na sexualidade como algo nocivo e alegavam que a pornografia e a promiscuidade reduziam a mulher ao status de objeto sexual masculino, outras se posicionavam a favor da busca pela liberdade através das práticas sexuais, sendo taxadas de cegas aos pontos negativos desses posicionamentos, segundo Amber Musser (2015). Basicamente, o argumento utilizado contra o sadomasoquismo heterossexual, em particular, focava na sua aparente emulação do sistema patriarcal, através da erotização das formas de dominação masculina, o que fazia das mulheres vítimas passivas. Assim, ao inscrever atos sadomasoquistas nas mesmas categorias de estupro e violência doméstica, o BDSM passava a ser denunciado pelas feministas radicais como mais uma manifestação da violência estrutural contra as mulheres na forma da dominação patriarcal (MUSSER, 2015).

Artigos como o de Luke Lockhart (2015), que vem problematizar os discursos anti-sadomasoquistas e anti-BDSM circulantes na academia, tendo por origem os circuitos feministas, nos revela que as tensões entre o feminismo e o BDSM, embora tenham se esvaído com o tempo, de modo algum cessaram por completo. O que justifica o seguinte questionamento: o que se tem produzido nos circuitos feministas a respeito do BDSM? A fim de responder a essa questão, este artigo tem por objetivo discutir de que forma a temática BDSM tem sido tratada em estudos feministas nos últimos anos. É importante salientar que não temos a pretensão de esgotar o assunto e nem realizar um levantamen-

to exaustivo que mapeie toda a produção recente sobre o tema. Em suma, nosso intuito se dirigiu para um esforço reflexivo preliminar capaz de sinalizar para a complexidade, para as nuances e para alguns importantes pontos de tensão que envolvem o embate presente entre o BDSM e diferentes vertentes feministas.

Diante das tensões e das polarizações referenciadas, é importante evidenciar que assumiremos um olhar não-estigmatizante acerca do fenômeno do BDSM e de seus praticantes, buscando explorar diferentes ângulos de problematização desse debate. Em relação à estruturação, este trabalho se encontra dividido em três seções principais: a primeira busca construir um sucinto panorama, apontando os elementos que compõem e também distanciam algumas das principais vertentes feministas; a segunda seção abarca uma breve problematização entre feminismo, sexualidade e o fenômeno BDSM e, por fim, a terceira seção busca analisar um conjunto de trabalhos que exploraram especificamente a articulação entre feminismo e BDSM, evidenciando seus pontos de aproximação e de tensão.

2 - BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DE GÊNERO

As desigualdades observadas nas relações entre homens e mulheres tem sido tema de movimentação política e acadêmica intensa nesses últimos séculos. Simone de Beauvoir (2009), intelectual, filósofa existencialista e ativista política, além de se constituir grande símbolo feminista, deu impulso, em sua famosa obra “O Segundo Sexo”, de 1949, a esse questionamento que muito se fez durante as décadas de debates na perspectiva feminista ao indagar:

Mas uma questão imediatamente se apresenta: como tudo isso começou? Compreende-se que a dualidade dos sexos, como toda dualidade, tenha sido traduzida por um conflito. Compreende-se que, se um dos dois conseguisse impor sua superioridade, esta deveria estabelecer-se como absoluta. Resta explicar por que o homem venceu desde o início (BEAUVOIR, 2009, p. 22).

Reconhecendo que esta questão não é nova e impossibilitada de fornecer uma única resposta que fosse suficiente para ela, a autora então argumenta que as desigualdades entre os sexos e a histórica dominação masculina sobre a lei e as instituições são fruto do próprio interesse masculino, e por ele perpetuado para privilegiar seu próprio sexo, cuja superioridade os homens consideram alicerçada no absoluto e na eternidade. Logo, Beauvoir (2009, p. 23) remonta à época da fundação das grandes religiões, ao lembrar que “legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa na Terra”, refletindo assim a vontade de domínio do homem, que se utilizou de lendas e mitos na filosofia e na teologia para legitimar essa dominação sobre a constituição feminina através dos séculos.

De acordo com Teresita Barbieri (1992), as primeiras militantes do movimento feminista, ressurgido nos anos 60, rapidamente diagnosticaram nas disciplinas sociais e humanas que, até aquele momento, não havia informação suficiente que evidenciasse a condição de subordinação das mulheres. As pesquisas realizadas mostraram que “os trabalhos teóricos não discutiam ou justificavam a desigualdade entre homens e mulheres; que não havia uma história sobre o tema que mostrasse a gênese e o desenvolvimento da dominação e do predomínio dos homens sobre as mulheres” (BARBIERI, 1992, p. 2).

Desde então os trabalhos feministas passaram a problematizar tanto o poder e a subordinação das mulheres (BARBIERI, 1992), como também o próprio sujeito da questão, a mulher. Paralelamente à luta pela liberação política, econômica e social das mulheres, o movimento feminista, em particular, as acadêmicas feministas, também dedicaram seus esforços para definir este sujeito “mulher” pelo qual se lutava, num movimento que gradativamente aprofundava as divisões entre as correntes e perspectivas feministas.

Simone de Beauvoir (2009, p. 13) já se perguntava, “o que é uma mulher?”. Passando por questões de ordem biológica, como a presença do útero, dos ovários ou da vagina, Beauvoir (2009) adentra outras questões que compõem o que se chama “feminilidade”, misteriosa e ameaçada característica feminina, até chegar à conclusão de que, se a função fêmea não é suficiente para designar uma mulher e se a tentativa de explicá-las por características atribuídas ao “feminino” pode incorrer em recusa, logo a designação “mulher” seria apenas arbitrária. São, como os homens, seres humanos, sem dúvida. No entanto, se encontram em posição singular perante eles. Assim, a autora adentra no campo da linguagem, das representações e do simbolismo, ao afirmar que, para efeitos de definição, se as mulheres desejam se declarar, devem dizer “sou uma mulher”, enquanto aos homens é permitido o privilégio do universal, do neutro e do aparente. “Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é evidente. (...) O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos (...)” (BEAUVOIR, 2009, p. 15). Logo, a mulher aparece como o negativo dessa equação, na qual está sempre posta em contraste ao homem e à tudo aquilo pertencente ao universo masculino; o que traz consigo uma série de adjetivos e acompanhamentos que são, ao mesmo tempo, diferenciadores e hierarquizantes. Se o homem é o Sujeito, a mulher é o Outro, se ele é o universal, ela é o particular, se ele é o positivo, ela é o negativo, se ele é a força, ela seria a fraqueza, e assim por diante (BEAUVOIR, 2009).

A questão da definição das “mulheres”, e indo mais além, dos sujeitos do feminismo, ainda ocupava a agenda de pesquisa feminista, alimentando longos debates acerca da distinção entre “sexo” e “gênero” reacendidos pelas feministas dos anos 60. Para autoras como Henrietta Moore (1997), todo o debate acerca das diferenças entre sexo e gênero pode ser resumido da seguinte forma: cansadas do frequente recurso à biologia a fim de tornar o debate acerca das relações entre os sexos mais científico e legitimado, antropólogas feministas dos anos 70 foram levadas a salientar a importância da distinção entre “sexo” e “gênero”. Isso se deve, em grande parte, à necessidade de combater o argumento que buscava nas causas biológicas a origem de certos atributos negativos associados às mulheres, assim como a justificativa para as desigualdades encontradas nas relações entre os sexos. O objetivo central dessa proposição estava na adoção da ideia de que os termos “mulher” e “homem” denotam processos de construções sociais ao invés de tipos naturais baseados na biologia (MOORE, 1997). Isso se deve à constatação, pelos estudos etnográficos de Margaret Mead (1979¹), da existência de uma grande variabilidade cultural nas definições de feminilidade e masculinidade, assim ampliando a diversidade de sentidos atribuídos às categorias de “homem” e “mulher”. Em outras palavras, não se pode mais afirmar que as construções de gênero são determinadas pelas diferenças biológicas, sendo assim impossibilitada também a atribuição de um sentido unitário ou essencial às categorias “mulher” e “homem” (MOORE, 1997), que se tornam histórica e culturalmente construídas. No entanto, a tendência de se delimitar os gêneros em categorias binárias, mesmo que construídas socialmente, foi duramente criticada nessa época.

1 MEAD, M. Sexo e Temperamento. **São Paulo: Perspectiva**, 1979 (1935).

Por outro lado, para Joan Scott (1995), as feministas passaram a utilizar o termo “gênero” mais seriamente e no sentido literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. De certa forma, “o uso do ‘gênero’ coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 7). Ainda para a autora, além de indicar a rejeição ao determinismo biológico implícito nos estudos a respeito do “sexo” ou da “diferença sexual”, a utilização de “gênero” também sublinhava um aspecto de preocupação de que a produção feminista estaria muito centrada nas mulheres de forma estreita e isolada, assim possibilitando a introdução de um caráter relacional no vocabulário analítico. “Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 3). Logo, seria importante compreender a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e através dos séculos a fim de desvendar seu funcionamento e como a ordem era mantida ou alterada. No entanto, para a autora, a utilização do termo de forma mais geral também pode ser atribuída a uma necessidade de legitimação acadêmica dos estudos feministas nos anos 1980, que viam no “gênero” uma conotação mais objetiva e neutra do que no termo “mulheres”; propiciando assim a mudança de “estudos feministas” para “estudos de gênero”. Desse modo, Scott (1995) não somente propõe que o “gênero” seja tomado como categoria de análise, principalmente para a História, como também propõe uma definição de “gênero” a ser utilizada.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 21).

Assim, a concepção de gênero de Scott (1995) é capaz de congrega os símbolos e os conceitos normativos implicados na construção social das diferenças entre os sexos, sublinhando, ao mesmo tempo, a dimensão política e o exercício de poder que encerram. Para a autora, a análise histórica de gênero deve incluir uma noção do político, que faça referência a todas as instituições e organizações sociais que fazem parte da construção e da normatização dos gêneros. Ou seja, o gênero não seria construído simplesmente através do parentesco, mas também por meio da economia, da educação e das formas de organização política. O que leva à compreensão de que o gênero encontra-se profundamente implicado na arena das relações de poder, traduzido no controle e no acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos em sociedade.

É válido apontar que outras autoras, como Monique Wittig (2006, p.26 – *tradução nossa*), também insistem na dimensão política presente na diferença entre os sexos, ao afirmar que: “a categoria ‘sexo’ é uma categoria política que funda a sociedade heterossexual”. Assim, para a autora, é a partir da categoria sexo que as diferenças são naturalizadas e que os homens se apropriam da reprodução e da produção das mulheres, como também detêm poder sobre elas a partir de um contrato chamado matrimônio. Por sua vez, Rubin (2003, p.50) enfatiza que tanto o gênero, quanto a sexualidade são alvos de uma luta política enredada nas tramas de poder da sociedade.

Como o gênero, a sexualidade é política. É organizada em sistemas de poder os quais recompensam e encorajam alguns indivíduos e atividades ao passo em que punem e suprimem outros. Como a organização capitalista do trabalho e sua

distribuição de recompensas e poderes, o sistema sexual moderno tem sido objeto de luta política desde sua emergência e durante o seu desenvolvimento. Mas se as disputas entre o trabalho e o capital são mistificadas, os conflitos sexuais são completamente camuflados.

O panorama até aqui delineado sinaliza para a riqueza e para a crescente complexidade presentes nos trabalhos feministas ao longo de sua trajetória, se diversificando em correntes que, atualmente, seguem caminhos teórico-epistemológicos bastante distintos. Por sua vez, as diferentes perspectivas de gênero evidenciam aspectos particulares nas suas abordagens que justificam suas posições teóricas e que, segundo Scott (1995), podem ser sinteticamente resumidas em três vertentes:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p. 9).

Para as teóricas do patriarcado a subordinação das mulheres estaria na “necessidade” do macho de dominá-las, como efeito do desejo masculino de transcender sua limitação na reprodução da espécie (SCOTT, 1995). Barbieri (1992) salientou que a noção de patriarcado vem da concepção de Max Weber sobre a ordem patriarcal como organização social, remontando à antiguidade e aos costumes que davam aos varões o direito à vida sobre os escravos, as mulheres e os filhos. Logo, as mulheres se viam sujeitadas a este ordenamento social tanto pela função de reprodução sexual que a elas estava determinado, quanto pela própria sexualidade (SCOTT, 1995), objeto de construção social e reificação masculina. Basicamente, para as teóricas do patriarcado, as desigualdades nas relações de gênero se fundamentavam nas diferenças entre os sexos.

Já as feministas marxistas basearam as suas análises na concepção histórica e na dimensão material do gênero, uma vez que os modos de produção e toda a economia regem a forma de organização social (SCOTT, 1995). Para elas, “a questão da opressão das mulheres se insere na história da luta de classes e, por isso, nossa posição teórica é a mesma que a de nossa luta: junto aos/as explorados/as e oprimidos/as pelo sistema capitalista” (D’ATRI, 2008, p. 19). Nessa tradição, é possível situar trabalhos que abarcam pensadoras feministas socialistas e marxistas como Clara Zetkin, Nadezhda Krupskaya, Juliet Mitchell, Íris Young, Alison Jaggar, dentre outras (SANTOS e NOBREGA, 2004). Wittig (2006) assevera que o feminismo deve ser pensado a partir de uma luta de classes entre oprimidos e opressores, onde a classe oprimida representada pelas mulheres deve se insuflar contra a opressão perpetrada pela hegemonia masculina. Logo, o conflito de classes se entrelaça fortemente com a questão de gênero, resultando também em uma distinção entre os tipos de feminismo: operário e burguês.

A terceira perspectiva, do exame da teoria psicanalítica, se divide em duas escolas: a Anglo-Americana e a escola Francesa. Enquanto a Anglo-Americana trabalha nos termos da teoria de relações objeto (*Object Relations Theory*), a francesa se inspira nas teorias da linguagem (tendo Jacques Lacan como referência) e nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud. “As duas escolas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito; as duas centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero” (SCOTT, 1995, p. 14). No entanto, a autora ainda

acrescenta que, enquanto a escola Anglo-Americana trabalha com uma ênfase na experiência concreta da criança nas suas relações sociais, a francesa sublinha a importância do papel da linguagem na constituição do sujeito desde a mais tenra idade, na forma como o gênero é comunicado, interpretado, representado. Tal ênfase na linguagem coloca em evidência os sistemas de significação e a ordem simbólica que antecedem a palavra escrita, dita ou lida e que organizam o funcionamento da sociedade na qual se inserem esses sujeitos (SCOTT, 1995).

Essas três perspectivas, que se preocuparam tanto com as definições de gênero, quanto com as relações sociais, econômicas e políticas desiguais entre homens e mulheres, ainda foram alvo de uma contundente crítica e desconstrução proposta por Judith Butler (2003). Em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, lançado em 1990 nos Estados Unidos, Butler radicaliza as críticas que foram feitas à divisão sexo/gênero, levando-as para outro patamar com o auxílio da perspectiva pós-estruturalista e desconstrucionista de Derrida (RODRIGUES, 2005). Dessa forma, Butler (2003) problematiza a divisão sexo/gênero, ao afirmar que esta funciona como espécie de pilar da política feminista ao partir da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído. De acordo com Carla Rodrigues (2005, p. 179), Butler pretendia “repensar teoricamente a ‘identidade definida’ das mulheres como categoria a ser defendida e emancipada no movimento feminista”, ao apontar que o sujeito que este feminismo se empenha a representar não existe. Para tanto, Butler (2003) retoma a distinção entre sexo e gênero, critica as suas bases de apoio binárias e vai além, ao afirmar que ao associar o gênero a uma noção de construção social, esta perspectiva estaria trocando a biologia pela cultura como ponto de origem e destino. Logo, a autora buscou “retirar da noção de gênero a ideia de que ele decorreria do sexo e discutir em que medida essa distinção sexo/gênero é arbitrária” (RODRIGUES, 2005, p. 179).

Além do mais, Butler (2003) seguiu com a sua crítica ao igualar os termos sexo e gênero e reconhecer que entre ambos não há diferença alguma, pois são igualmente produtos de práticas discursivas. Portanto, para a autora, o gênero seria um fenômeno contextual e inconstante, que não implicaria em um ser substantivo, mas sim como efeito sobre um sujeito que não é único, mas descentralizado e perpassado por discursos. Desse modo, a autora passa a entender o gênero como algo performático, que não estaria ligado a uma essência ou sentido em si do sujeito, mas às suas diferentes possibilidades de expressão. Nas palavras de Butler (2003, p. 199):

Entretanto, se os atributos de gênero não são expressivos mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória.

Ao deslocar a ideia de gênero da essência do sujeito, Butler não somente reacendeu o debate acerca do sujeito do feminismo, mas também transferiu a pergunta de “quem é a

mulher do feminismo?” para “essa mulher existe?”, abrindo com isso o campo para uma multiplicidade de sujeitos que poderiam ser abrigados sob a guarda do feminismo, como também o sentido da luta e do ativismo feminista. Essa miríade de sujeitos outros ou de “seres abjetos” constituiriam a colossal “multidão *queer*”, tal qual discutida por Beatriz Preciado (2011, p.18), que assevera:

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais”. Nesse sentido, as políticas das multidões *queer* se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também às epistemologias sexo-políticas *straight*, que dominam ainda a produção da ciência.

Além do mais, ao questionar a relação entre gênero e desejo, Butler reacendeu debates acalorados que se estendem desde a década de 70 a respeito da sexualidade e sua relação com os gêneros dentro do feminismo ativista e acadêmico, como veremos a seguir.

3 - SEXUALIDADE, BDSM E FEMINISMO(S)

A sexualidade tem sido um tema tão discutido quanto a questão sexo/gênero na perspectiva feminista. Maria Filomena Gregori (2004) destaca que o final da década de 70 representou uma fase marcante para a história do ativismo feminista americano nesse quesito, cujo impacto ecoou no campo teórico. Em meio a um cenário político conservador nos Estados Unidos, surgiram dois grupos feministas com posições antagônicas: o primeiro, aliado a um moralismo feminista anti-sexo e protagonizado pelo movimento contra a pornografia, e o segundo, originário na comunidade lésbica e em contraposição ao primeiro, apostando na legitimação de “alternativas sexuais como o sadomasoquismo, desafiando a máxima de que jogos de dominação/submissão apenas constituem as relações heterossexuais” (GREGORI, 2004, p. 236). A autora ainda aponta que os grupos anti-pornografia eram formados pela junção entre parte da comunidade feminista lésbica e mulheres que se identificavam com esse posicionamento “que não apenas rejeitava o sexo heterossexual por uma questão de escolha sexual, mas como consequência de uma leitura particularmente determinística sobre a dinâmica de poder das relações heterossexuais” (GREGORI, 2004, p. 236). Tal posição se baseava em análises das relações sexuais como sendo “estruturadas pela subordinação de tal modo que os atos de dominação sexual constituem o significado social do ‘homem’, e a condição de submissão o significado social da ‘mulher’” (GREGORI, 2004, p. 237), atrelando, assim, de forma simplista, o poder e as constituições binárias de gênero. Dessa forma,

O feminismo radical hasteou sua bandeira contra instituições heterossexuais, como a pornografia, tomando-a como um exemplar da violência e do perigo contra as mulheres. Além da pornografia, o movimento definiu outros alvos: o sadomasoquismo, a prostituição, a pedofilia, a promiscuidade sexual (GREGORI, 2004, p. 237).

O contra-ataque a esta perspectiva veio no início dos anos 80, à época da realização de uma conferência no Bernard College, em Nova York, 1982, no qual vozes saídas

do campo feminista e da comunidade lésbica criticaram fortemente o essencialismo que caracterizava o discurso sobre a opressão por parte do feminismo radical, que já havia angariado imensa visibilidade pública (GREGORI, 2004). Preciado (2007, p.2 – *tradução nossa*) complementa ao destacar que

Em 1981, Ellen Willis, uma das pioneiras da crítica feminista do rock nos Estados Unidos, será a primeira a intervir neste debate para criticar a cumplicidade do feminismo abolicionista com as estruturas patriarcais que reprimem e controlam os corpos das mulheres na sociedade heterossexual. Para Willis, as abolicionistas feministas devolvem ao Estado o poder de regular a representação da sexualidade, concedendo duplo poder a uma instituição ancestral de origem patriarcal. Os resultados perversos do movimento antipornografia se tornaram explícitos no Canadá, onde ao se aplicarem medidas de controle da sexualidade seguindo critérios feministas, os primeiros filmes e publicações censuradas foram aqueles procedentes das sexualidades minoritárias, especialmente as representações lésbicas (pela presença de *dildos*) e as produções lésbicas sadomasoquistas (que a comissão estatal considerava humilhante para as mulheres), enquanto as representações estereotipadas das mulheres na pornografia heterossexual não foram censuradas.

Novas perspectivas que apoiavam e abraçavam “como objeto de reflexão as alternativas sexuais que implicam o prazer dos parceiros, inclusive, aquelas práticas que estavam sob alvo das feministas radicais” (GREGORI, 2004, p. 237), surgiram dessa conferência no Bernard College, cujos resultados foram publicados no livro “*Pleasure and Danger*” de Carol Vance. Esses trabalhos não somente problematizaram e recusaram a associação da sexualidade aos modelos coercitivos de dominação, como também recusaram a articulação desses modelos à posições estáticas de gênero, que seria uma visão totalizante da subordinação patriarcal. Logo, essa nova tradição feminista em favor da liberdade sexual criou uma “convenção” sobre o erotismo, se tornou parte das reflexões do feminismo contemporâneo e auxiliou a consolidar um novo campo de pensamento da crítica cultural: as *Queer Theories* (GREGORI, 2004).

Tal “convenção” implica a ideia de que a liberdade sexual da mulher constitui prazer e perigo. Perigo na medida em que é importante ter em mente aspectos como o estupro, abuso e espancamento como fenômenos irrefutáveis envolvidas no exercício da sexualidade. Prazer porque há, no limite, uma promessa no erotismo e na busca de novas alternativas eróticas em transgredir as restrições impostas à sexualidade quando tomada apenas como exercício de reprodução (GREGORI, 2004, p. 239).

Podemos destacar Gayle Rubin como uma figura proeminente nesse novo movimento, inclusive por colocar em questão a coerência de se deixar sob a égide do feminismo a incumbência da discussão sobre a sexualidade. Para Rubin (2003) a relação entre o sexo e o feminismo sempre foi complexa. Para ela, por um lado, o movimento feminista representa uma rica fonte de reflexões sobre o sexo. Porém, por outro lado, ela afirma de forma crítica:

Ainda assim quero desafiar a assunção de que o feminismo é ou deveria ser o lugar da teoria da sexualidade. O feminismo é a teoria da opressão de gênero. Assumir automaticamente que isso faz com que seja o lugar da teoria da opressão sexual é falhar na distinção entre gênero por um lado, e o desejo erótico, por outro. (RUBIN, 2003, p.47-48).

Na visão de Gregori (2004), o pensamento de Gayle Rubin traduz um posicionamento mais próximo às minorias sexuais, distanciando-se do ativismo feminista radical e propondo uma nova forma de pensar a sexualidade, ao apresentar elementos descritivos e teóricos que constituem a noção de que “os atos, práticas e escolhas sexuais nas sociedades ocidentais modernas se realizam no interior de um sistema hierárquico de valorização sexual (*sexual value system*)” (GREGORI, 2004, p. 240).

Nele, a sexualidade considerada normal é a que se exercita em meio às relações heterossexuais firmadas em matrimônio, visando a reprodução. A esse padrão, seguem outras situações escalonadas na hierarquia valorativa, em posição decrescente: casais heterossexuais monogâmicos não casados; solteiros com vida sexual ativa; casais estáveis de gays e lésbicas; gays solteiros sem vida promíscua; gays solteiros com vida promíscua; fetichistas; S/M (sado- masoquistas); posições não masculinas ou femininas (travestis, *drag queens* etc); sexo pago; sexo inter-geracional (em particular, o que se dá entre adultos e menores de idade). Estes últimos comportamentos estão na base do sistema, condenados a uma desvalorização sistemática, quando não são – como no caso da pedofilia - objeto de punição judiciária (GREGORI, 2004, p. 240).

Importante notar como a associação entre as diferentes práticas sexuais do seu sistema e o que ela denomina como minorias sexuais, revela a preocupação de Rubin, intencional ou não, de criar um procedimento analítico que possibilita a ligação entre a escolha sexual e à constituição de identidades coletivas (GREGORI, 2004), assim possibilitando um grau de legitimação política para essas sexualidades dissidentes. Esse detalhe se torna um marco significativo para a época, uma vez que o volume de produção sobre sexualidade nos Estados Unidos dos anos 90 deu um grande salto, de acordo com Gregori (2004), principalmente os estudos relativos às práticas sadomasoquistas e fetichistas entre pessoas do mesmo sexo. Porém, tais práticas são também apontadas como um alvo privilegiado dos movimentos feministas antipornografia, como explicitado no trecho a seguir.

A ideologia feminista antipornografia sempre conteve uma acusação implícita, e algumas vezes evidente, ao sadomasoquismo. As fotografias de chupação e fodeção que compõem o quadro pornográfico podem ser enervantes para aqueles que não são familiares com elas. Mas é difícil produzir um caso convincente que elas são violentas. As apresentações iniciais antipornografia usavam uma seleção minuciosa da iconografia S/M para vender uma análise inconsistente. Fora do contexto tais imagens são frequentemente chocantes. Este choque foi impiedosamente explorado para assustar o público para aceitarem uma perspectiva antipornografia (RUBIN, 2003, p.37).

Emily Prior (2016) observa que ao longo dos dez últimos anos os estudos sobre a comunidade, as práticas, os comportamentos e o próprio BDSM nas ciências sociais se multiplicaram, revelando toda a complexidade sobre o tema. Após ser alvo de críticas e perseguições das feministas radicais ao longo dos anos, sob a acusação de que o sadomasoquismo é fundamentalmente misógino, a autora evidencia que os movimentos feministas “pró-sexo” proporcionaram um espaço para que as várias práticas sexuais, contando que fossem proativas e consensuais, incluindo o sadomasoquismo, pudessem ser encaixadas como experiências positivas para as mulheres, em um movimento de liberdade e expressão sexual (PRIOR, 2016). María Elvira Díaz-Benítez (2015) caminha na mesma

direção ao discordar profundamente daqueles que interpretam as práticas BDSM como representações literais da realidade social, que apenas reproduzem e espectacularizam as desigualdades de gênero. Ao contrário, para ela o “S/M é uma prática particularmente instigante para pensar sobre liturgias de poder [...]” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2015, p.83). Assim, Prior (2016, p. 3, *tradução nossa*) provoca,

[...] se o “feminismo tem sido um movimento dedicado à ajudar as mulheres a se tornarem Sujeitos e sujeitos ao invés de objetos e o Outro masculino” (Abu-Lughod, 1991: 139²) então talvez pesquisar mulheres que praticam sexualidades tão divergentes quanto o BDSM pode nos auxiliar a compreender o espaço onde as mulheres exercem controle e poder, e são sujeitos ao invés de objetos.

No tocante à sua caracterização, o BDSM erótico pode ser entendido como um conjunto de práticas e representações situadas nos universos do sadomasoquismo e do fetichismo (MELO, 2010) que, embora não sejam a mesma coisa, se encontram muito próximos no discurso da sexualidade. Assim, mesmo que não sejam inerentemente sexuais, é possível dizer que as práticas BDSM estão ligadas à erotização e ao alcance do prazer sexual através de diversas modalidades, da utilização de acessórios e do engajamento consensual em simulações eróticas. O que faz, também, do BDSM um exemplo de uma cultura de grupos, uma vez que é capaz de reunir em seu seio pessoas que se identificam e compartilham das mesmas preferências sexuais e atitudes perante o mundo (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Não se trata de um prazer solitário, mas uma prática que necessita de espaços sociais, mesmo que privados, e de pessoas devidamente socializadas e inicializadas nos ritos e costumes próprios para ocorrer.

Desse modo, a sigla BDSM – do original em inglês – pode ser traduzida como: BD = Bondage (Amarração/Imobilização com o auxílio de cordas, algemas, lenços, etc.) & Disciplina; DS = Dominação & Submissão; SM = Sadismo & Masoquismo (FREITAS, 2011). Mais do que os estímulos físicos, as relações aqui referidas incluem situações de dominação e submissão em contextos eróticos consensuais, praticadas por adultos e regidas por um conjunto rígido de regras relacionadas à sanidade, segurança e consensualidade (FACCHINI, 2013). Assim, o envolvimento e a erotização de objetos como roupas, cordas, correntes, vendas, botas, entre outros, ressalta a distinção entre as práticas BDSM e o sexo convencional, ou “baunilha”, termo utilizado para referir à “sexualidades e as pessoas que não vivenciam o BDSM” (FREITAS, 2011, p. 3).

No tocante às performances ou às cenas, é onde “ocorre a negociação de scripts eróticos, havendo basicamente dois papéis: *top/sádica(o)/dominador(a)* e *bottom/masquista/submissa(o)*” (FREITAS, 2010, p. 4, grifo da autora). Um terceiro papel, do *switcher*, também é possível de ser exercido, se caracterizando como alguém que se movimenta entre as duas outras categorias, “que sente prazer ao ocupar as duas posições, numa mesma ou em diferentes cenas S/M” (FREITAS, 2010, p. 4). Enquanto o adjetivo sádico enfatiza os aspectos relacionados ao estímulo físico e ao teste dos limites do corpo, o termo dominador se refere ao caráter psíquico das relações, à tortura psicológica, à humilhação deliberada e consentida (FREITAS, 2010). Embora a referência à dor seja bastante proeminente nos debates acerca das práticas BDSM, Freitas (2010, p. 4) argumenta que “o que une as letras e dá sentido às práticas são as relações de poder. Para Foucault o S/M, é uma encenação de estruturas de poder, onde o corpo se coloca

2 Abu-Lughod, L. Writing Against Culture. In G. Fox (Ed.) Recapturing Anthropology: Working in the Present. Santa Fe: School of American Research, 1991.

estrategicamente, se brinca com a autoridade e ser dominado ou dominar são posições fluidas”. Como as possibilidades de se praticar BDSM são amplas, percebe-se a inclusão desde brincadeiras sexuais leves com a utilização de algemas ou amarrações com lenços, por exemplo, até o engajamento e participação intensa na “subcultura sadomasoquista” – que possivelmente inclui presença em demonstrações e eventos (LOCKHART, 2009). Para Freitas (2010), as práticas BDSM refletem o prazer e o desejo deslocados da genitalidade para os jogos de poder e dor em performances consensuais. Foucault (2004, p.4-5) endossa essa visão, ao afirmar:

Eu não penso que o movimento das práticas sexuais tenha a ver com colocar em jogo a descoberta de tendências sadomasoquistas profundamente escondidas em nosso inconsciente. Eu penso que o S/M é mais que isso, é a criação real de novas possibilidades de prazer, que não se tinha imaginado anteriormente. A ideia de que o S/M é ligado com uma violência profunda e que essa prática é um meio de liberar essa violência, de dar vazão à agressão é uma ideia estúpida. Nós sabemos muito bem que essas pessoas não são agressivas entre elas; que elas inventam novas possibilidades de prazer utilizando certas partes estranhas do corpo – erotizando o corpo. Eu acredito que temos uma forma de criação, de depósito de criatividade, dos quais a principal característica é o que chamo de dessexualização do prazer. A ideia de que o prazer físico provém sempre do prazer sexual e a ideia de que o prazer sexual é a base de todos os prazeres possíveis, tem, penso eu, verdadeiramente algo de falso. O que essas práticas de S/M nos mostram é que nós podemos produzir prazer a partir dos objetos mais estranhos, utilizando certas partes estranhas do corpo, nas situações mais inabituais, etc.

A expansão do prazer para aspectos que vão além da “genitalidade” tendem a aproximar o BDSM de determinadas propostas feministas “pró-sexo”. Dentre elas, destacamos a de Preciado (2002), cujo manifesto contrassexual defende não apenas que se abandone os binarismos de gênero e sexualidade, como também que se abrace a sexualização total do corpo, algo já há muito explorado pelas práticas sadomasoquistas e fetichistas. A proposta de Preciado (2002) emerge como radical e subversiva ao incitar o desmonte de todo o sistema heterocêntrico e incentivar uma ressignificação sobre o corpo e sobre suas experiências de prazer. Para isso, tal proposta é construída se situando fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade e “se fazendo herdeira do saber prático das comunidades S&M” (PRECIADO, 2002, p. 28). Em suma:

A contrassexualidade é, em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas tem sido inscrita nos corpos como verdades biológicas (BUTLER: 2001). Em segundo lugar: a contrassexualidade propõe substituir este contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. No marco do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, mas sim como corpos falantes e reconhecem os outros como corpos falantes. [...] Por conseguinte, renunciam a uma identidade sexual fechada e preconizada como natural. (PRECIADO, 2002, p.18 – tradução nossa).

Outro aspecto importante da cultura BDSM são as festas, ou “*play parties*”, como são chamadas entre os praticantes (MELO, 2010). Nelas se desenrolam tipos de interações nas quais são encenados, em público, os lugares de poder ocupados pelos partici-

pantes ali reunidos (MELO, 2010). Onde as diferentes possibilidades de personagens assumidas – como Master, Dom, Senhor, Domme, Rainha, Deusa, Senhora, escravo, servo e sub (submissos) – vem à tona para “brincar”. Não obstante, estas práticas se denominam como cenas, ou “plays”, uma vez que essas interações ocorrem inseridas num contexto em que os roteiros delimitam papéis a serem seguidos e sinais a serem apresentados por esses participantes, em uma lógica de performance.

Este indivíduo, que nas festas encontra-se em cena, relaciona-se com outros atores sociais e com a plateia. O papel que cada um destes elementos representa está diretamente relacionado aos papéis do outro. Neste universo, reinam expectativas, antecipações, técnicas, estratégias e práticas de controle de si e das impressões (MELO, 2010, p. 69).

Toda cena tem um início e um fim claramente demarcados. Dessa forma, elas são conhecidas pelos nomes atribuídos às práticas performadas ou aos acordos estabelecidos entre as partes durante a negociação, recebendo nomes que dificilmente são reconhecidos por quem não é do meio (MELO, 2010). “Para citar alguns exemplos, há o *wax play*, *spanking*, inversão, privação, *trampling*, *crushing*, *sissy*, *fisting*, *shibari*. Nas festas, mesmo esses nomes são simplificados e metonimicamente já representam a própria cena” (MELO, 2010, p. 69). Logo, participantes podem “fazer uma vela” (participar de um “*wax play*”) ou “fazer um pônei” (que seria “*poney play*”), dependendo da sua vontade. Marília Loschi de Melo (2010) destaca que, em comum a todas essas práticas, há somente o fato de serem realizadas entre duas pessoas em posições assimétricas de poder, na qual uma manda/domina/submete e a outra obedece/é dominada/submete-se.

Por envolver a participação em práticas que possuem limites muito tênues de envolvimento em jogos de poder, dor e prazer, e podem acarretar risco para os participantes, em especial àqueles que se submetem, se tornou necessária a criação e a consequente difusão de regras de conduta no meio BDSM, no sentido de acionar elementos que envolvem a gestão do risco, a legitimação, despatologização e descriminalização da prática (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Uma das regras fundamentais, criada na década de 1980, foi o lema SSC (são, seguro e consensual), utilizado para esclarecer o caráter erótico e consensual das práticas BDSM, assim como “desvincular qualquer imaginário negativo relacionado ao termo ‘sodomismo’, bem como para impulsionar uma conscientização coletiva de que as práticas devem ser realizadas de forma sadia, principalmente em relações individuais” (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013, p. 5). Tal necessidade de desvinculação à imagem negativa está relacionada à patologização dos termos sadismo e masoquismo pelo discurso da medicina, que até os dias atuais não foi revogada (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Outro pilar das práticas BDSM está na utilização da “*safeword*”, também criada em meados dos anos 1980. Conforme as autoras,

O lema SSC significa praticar o sadomasoquismo em plena sanidade mental, o que geralmente inclui a não ingestão de bebidas alcoólicas e qualquer outro tipo de droga, um estímulo à segurança de ambas as partes, desde que seja assegurada a consensualidade dos participantes, e a *safeword* ou palavra de segurança, é um dispositivo que pode ser acionado por ambos os praticantes, no momento mesmo da prática, para avisar quando esta deve ser interrompida, no momento em que um dos praticantes chega a seu limite físico ou psíquico (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013, p. 5-6).

Gregori (2004) argumenta que o pragmatismo em torno do bordão SSC se liga ao esforço de deslocar as práticas BDSM para a guarida do politicamente correto, com o intuito de fazer reluzir a natureza erótica de suas práticas no lugar da ideia de abuso e violência. Contudo, em trabalho posterior, Gregori (2014) assevera que a preocupação com a segurança no âmbito do BDSM representa um ideal a ser perseguido e não deve ser tomada como uma garantia *a priori*. Assim, para a autora, tais experiências representam um empreendimento de risco para seus praticantes, em que a produção da consensualidade se dá através de um jogo de negociações delicadas onde se faz presente a questão da vulnerabilidade. A questão do risco é trabalhada de forma patente por Díaz-Benítez (2015) em sua análise sobre a produção de filmes fetichistas, em que durante as filmagens se evidenciaram momentos de “fissura”. A fissura seria traduzida por “aquele instante e espaço que nas práticas de humilhação se transpassa do consentimento ao abuso” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2015, p. 78). Porém, é importante ressaltar que Díaz-Benítez (2015) frisa que suas análises não se aplicam e nem devem ser confundidas com as práticas S/M, em que o consentimento já se encontra revestido por um outro conjunto de regras e prescrições. Como ressalta Gregori, no BDSM,

A preocupação sempre ativa com as liturgias e com as normas para as práticas em torno do “são, seguro e consensual” compõem um cenário bastante intrigante para comparação. [...] Nesse caso, as práticas e disposições estão envoltas em uma processualística que tenta abstrair a vulnerabilidade (seja a dos corpos que são feridos ou ainda pelos jogos de dominação) e dar total centralidade ao consentimento. [...] os praticantes SM e fetichistas criam certos procedimentos ou “protocolos” que, no limite e desde que devidamente seguidos, sugerem o afastamento de qualquer situação que evoque ou se aproxime de um sentido de vulnerabilidade. Trata-se de um conjunto de situações sociais, extremamente ricas para pensar, em que está presente a noção de que, ao aprender e seguir aquelas normas práticas, o que poderia ser visto como violência passa a ser visto e sentido como prazer. (GREGORI, 2014, p. 56).

Além disso, Gregori (2014) resgata pontos importantes em torno do embate entre o BDSM e o feminismo, trazendo contribuições de autoras que o apreendem pelo seu caráter contestatário ao invés de uma simples reprodução da heteronormatividade, modulada como norma pelo patriarcalismo, como advogavam as feministas radicais. Ao analisar o trabalho de Anne McClintock, por exemplo, Gregori (2014) destaca a narrativa de situações performadas sob o leque do BDSM em que ocorre a inversão da equação entre as esferas masculina (do mercado) e feminina (do lar). Tal efeito se faz presente no contexto do SM comercial, em que homens contratam dominatrizes mulheres e se colocam como seus subalternos, sendo “frequente que os clientes-escravos paguem muito dinheiro para limpar o chão, lavar as roupas sujas, esfregar as paredes de suas dominatrizes” (GREGORI, 2014, p.60). Em contraste, a autora também faz menção aos estudos de Lynda Hart, que analisou casos de SM entre lésbicas, trazendo a lume experiências que colocam em xeque certas noções das teorias feministas, em especial aquelas elaboradas sobre as relações mulher/mulher, defendendo a ideia da igualdade, ou de um “não poder”, como estratégia de libertação. “Segundo essa autora, essa forma de SM, ao trazer nos *plays* as piores cenas heterossexistas, desafia a definição ética e política envolvida no lesbianismo (sobretudo, a noção de irmandade)” (GREGORI, 2014, p.60). Dito isto, a próxima seção, buscará analisar outros trabalhos em que foi possível identificar diálogos e tensões significativas entre o BDSM e os feminismos.

Seguindo a proposta deste trabalho, realizamos uma seleção de produções acadêmicas que abordaram o fenômeno do BDSM sob o prisma das perspectivas feministas. É importante ressaltar que não foi nosso intuito realizar um levantamento exaustivo, mas ao contrário, buscamos selecionar trabalhos que se mostrassem especialmente relevantes para a discussão aqui endereçada. Os trabalhos selecionados foram localizados nas bases de dados gerais disponíveis para busca de periódicos, como o Portal de Periódicos da CAPES, o Google Scholar, a Scielo e a SPELL. Optamos por deixar em aberto o leque de áreas do conhecimento incluindo, assim, buscas em periódicos das áreas de Antropologia, Sociologia e Direito tais quais: a Revista Estudos Feministas (da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC); a Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades; a Coisas do Gênero – Revista de Estudos Feministas em Gênero e Religião (da Faculdade EST-RS); Revista Feminismos (Universidade Federal da Bahia) e os Cadernos Pagu (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). Também foi possível abarcar algumas publicações mais direcionadas para o tema da sexualidade, em especial às sexualidades dissidentes, caso do “*Journal of Homosexuality*”, do “*Electronic Journal of Human Sexuality*”, e dos anais do “Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo”, o que somente corrobora a observação de Gregori (2004), que os estudos feministas floresceram, e permanecem, no seio das comunidades LGBT+³. As palavras-chave utilizadas na busca foram igualmente amplas, sendo basicamente variações de combinação dos termos: “BDSM”; “SM”; “Feminismo”; “*Feminism*”; “*Gender studies*”; “estudos de gênero”.

Ao todo foram selecionados dez (10) trabalhos que, explicitamente, relacionavam as perspectivas feministas ao BDSM. Dos dez (10) trabalhos encontrados, quatro (4) estão em língua portuguesa, cinco (5) em língua inglesa e um (1) deles em espanhol. Percebemos que, entre os trabalhos em língua portuguesa, (3) se encontram publicados em território nacional, sendo o primeiro pertencente aos anais do “Seminário Internacional Desfazendo Gênero”, ocorrido em Natal/RN em 2013, o segundo e terceiro publicados em periódicos nacionais da área de Antropologia. Por outro lado, duas (2) publicações são originárias da região da Catalunha/Espanha, mesmo que uma delas tenha sido escrita em Português, enquanto as demais variam entre localidades na Europa (Alemanha e Reino Unido) e nos Estados Unidos (St. Louis, Los Angeles, Nova York). Além do mais, observamos que a publicação de todos os trabalhos data de anos posteriores a 2006, variando, então, entre os anos 2006 e 2016, o que representa somente dez anos de trabalhos publicados e disponíveis *online* para um debate que, conforme citado anteriormente, eclodiu no final dos anos 1970.

Interessante notar que, dos dez trabalhos publicados, dois (2) não abordam o BDSM como temática central, mesmo que façam-no referência de forma indireta ao longo do texto, em menor ou maior grau, ou até mesmo utilizem o BDSM como pano de fundo para uma discussão mais ampla, como é o caso de um dos artigos, a respeito da trilogia literária “50 Tons de Cinza”, de autoria de E.L. James. Neste trabalho, as autoras Begonya Enguix e Francesc Núñez (2015) procuraram tecer críticas à obra que tem um de seus maiores atrativos a inclusão da prática BDSM na vida sexual dos personagens, utilizando-se da corrente teórica pós-feminista a fim de revelar suas tensões com a moral tradicional que estão presentes nos livros. Desse modo, as autoras argumentam, os

3 Sigla genérica, ou termo “guarda-chuva”, que busca abraçar as identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, e outros.

papéis interpretados pelos personagens nos jogos sexuais se confundem e se mesclam com os significados convencionais das relações de gênero, reproduzindo uma dinâmica heteronormativa de homem ativo-mulher passiva, erigindo os personagens como modelos absolutos de “masculino” e “feminino” que são problemáticos, uma vez que são atravessados e estão interseccionados por outras formas de poder social (idade, classe, etnia e sexualidade). Sendo assim, durante sua longa e, por vezes, confusa crítica à trilogia, Enguix e Núñez (2015, p. 64, *tradução nossa*) abordam, em algum ponto, as práticas BDSM descritas na estória, tratando-as como uma “versão adocicada e medíocre da transgressão que está encapsulada num texto exemplar de uma popular narrativa amorosa”. Por julgar que as situações descritas no livro seriam “perversões” domesticadas que pouco se comparam às da vida real, as autoras tecem uma crítica fortíssima às instituições tradicionais e às relações heteronormativas, pois consideram que, justamente por se tratar de uma prática que está sendo utilizada por personagens privilegiados, que as “vendem” como uma imagem e estilo de vida palatável aos consumidores comuns, a normalização dessa atividade e das desigualdades de gênero que as acarretam seriam inevitáveis.

Em uma outra abordagem a respeito da trilogia “50 Tons de Cinza”, Amber Jammilla Musser (2015) questiona a falta de críticas mais contundentes aos livros por parte dos feminismos, principalmente quando compara a recepção de um outro romance erótico no qual o BDSM é parte proeminente da narrativa, “A História de O”, publicado em 1954, com a recepção e as críticas direcionadas a “50 Tons”. Tais observações feitas pela autora a respeito do mais recente romance erótico se encontram em grande contraste com àquelas feitas por Enguix e Núñez (2015). De tal modo que, ao comparar as obras à luz da perspectiva feminista que entende a possibilidade de liberação feminina através da exploração de formas alternativas de sexualidade, Musser (2015) procurou desvendar o simbolismo que o BDSM engendra em ambas narrativas (com toda a sua complexidade), e como a sua presença articula questões de sexualidade, subjetivação e agência dos personagens, assim aprofundando o questionamento de forma considerável, ao mesmo tempo que tece críticas ao caráter heteronormatizador e capitalista neoliberal da narrativa de “50 Tons de Cinza”.

Por sua vez, temos Gwendolin Altenhoefer (2009) e seu relatório de campo a respeito de sua pesquisa sobre formas alternativas de relacionamento amorosos durante os anos 2000 e 2004. Seu relatório traz experiências próprias e resultados de entrevistas com ativistas que, além de se inserirem em formas não-monogâmicas de relacionamentos, também procuram se envolver em ativismo e projetos de educação a respeito desse estilo de vida. Entre as entrevistadas, se encontra Laura, ativista lésbica e organizadora de eventos e workshops nos quais procura passar informações a respeito da sexualidade feminina e das subculturas do prazer, entre elas a prática BDSM, na qual se encontra ativa (ALTENHOEFER, 2009).

Já Gregori (2004) trata da pornografia e das suas interfaces com o feminismo ao procurar discutir a emergência de uma nova face do erotismo que, segundo ela, implica tanto no deslocamento do sentido de transgressão do erotismo para um significado cada vez mais aproximado de um cuidado saudável do corpo e o fortalecimento do *self*, quanto numa espécie de domesticação ou neutralização de alguns aspectos envolvidos nas práticas sadomasoquistas. Ao contrário de Enguix e Núñez (2015), Gregori (2004) toma o cuidado de discutir a prática e todo o discurso de legitimação que a cerca, antes de problematizar o que considera como a tendência a não se discutir os conteúdos e aspectos potencialmente violentos que tal prática engendra. Se trata, antes, de uma espécie de problematização dos riscos envolvidos no meio mas que, na pornografia produzida e comercializada dessa nova face da erotização, tendem a ser neutralizadas e domesticadas,

deixadas em segundo plano (GREGORI, 2004). No limite, a autora questiona os silêncios em torno da expressão prático-erótica mais contemporânea do BDSM.

De certa forma, a temática dos prazeres de risco desenvolvida na articulação entre sexualidade e gênero é retomada pela autora mais adiante, nos dois ensaios publicados em 2014 e 2015, respectivamente. No seu ensaio para os Cadernos Pagu, Gregori (2014) empreende esforços na realização de um balanço bibliográfico acerca das contribuições dos estudos antropológicos brasileiros, até então, para a compreensão sobre as diferentes experiências envolvidas no erotismo contemporâneo, que articulam normas de gênero, práticas sexuais e indagações sobre limites da sexualidade. Este último definido pela autora como a zona fronteira onde são tensionadas normas e transgressão, consentimento e abuso, e prazer e dor. Nesse ponto, se encontram as relações sexuais marcadas pelo risco, pela diferença, pela transgressão e pelo prazer, onde, notadamente, marcadores sociais da diferença (como gênero, idade, classe/status, cor/raça) incitam o desejo e operam tanto na configuração daquelas relações que consideramos abuso, quanto nas que proporcionam prazer (GREGORI, 2014).

Assim, a autora destaca em seus dois ensaios o elemento componente do risco compreendido pelos indivíduos nas relações sadomasoquistas que, ao mesmo tempo,

podem colocar em perigo as normas e convenções e, nelas, muitas das que posicionam feminilidades, masculinidades, heterossexualidades, homossexualidades e variantes entre todos esses termos. Mas podem também, dependendo das circunstâncias, transformar o que é prazer e consentimento em dor e violência. O risco à integridade física e moral das pessoas é uma possibilidade aberta e não dada de antemão (GREGORI, 2014, p. 51-52).

Já em outro trabalho, Gregori (2015, p. 248) expande as suas reflexões acerca do BDSM erótico enquanto parte do mercado erótico contemporâneo, especialmente do que ela denominou como “o erotismo politicamente correto”, que inclui a realização de fantasias, a produção de imagens e objetos de pornografia que são voltados para a “satisfação da autoestima pessoal, da saúde corporal e da capacidade dos indivíduos para realizar escolhas e estabelecer limites”. As práticas BDSM se desenvolvem, logo, num contexto interessante de articulação de perigo e prazer, onde as técnicas e rituais que os praticantes se utilizam fazem parte de um contexto erótico que não elimina o risco, mas o negocia. Além disso, a autora aponta como as práticas eróticas do BDSM tencionam as normas de gênero operantes nas relações sexuais, ao considerar que

o SM comercial, o lesbianismo SM e as manifestações SM entre gays masculinos constituem alternativas que, no limite, problematizam os modelos que supõem naturalidade e normalidade entre as fronteiras que delimitam homens e mulheres e, mais particularmente, o comportamento sexual masculino como sendo ativo e o feminino como sendo passivo, além de esfumarem os limites que separam o prazer da dor, o comando e a submissão (GREGORI, 2015, p. 262).

Assim, Gregori (2015, p. 264) afirma que o interesse em investigar tais práticas reside, precisamente, no fato de que elas são capazes de mobilizarem e mostrarem, com força dramática, “a partir de todo um repertório de convenções culturais e sociais disponíveis, as assimetrias de poder, as materializações e corporificações de normas de gênero, de sexualidade, bem como de outros marcadores de diferença, como classe, raça e idade”.

O trabalho de Emily Prior (2013), por sua vez, chama a atenção pelo envolvimento da autora com a comunidade BDSM e procura abordar as complexidades das dinâmicas

de poder que perpassam as relações no sadomasoquismo. Através da articulação com o feminismo “pró-sexo”, que estimula as mulheres a explorar sua sexualidade nos próprios termos, a autora procura abordar, na medida que realiza trabalhos de campo e entrevistas, como as dinâmicas de poder desse tipo de relação se aplicam na vida sexual e emocional das mulheres entrevistadas. Para Prior (2013), o feminismo pró-sexo propicia um espaço para que as mulheres inseridas na comunidade BDSM possam expressar suas sexualidades de forma plena, mesmo quando essas identidades pareçam ir contra alguns ideais feministas. Tal fato se reflete na conclusão do artigo, que aponta as complexidades da troca de poder nos relacionamentos BDSM que as mulheres entrevistadas participam, afirmando a sua capacidade de satisfazê-las sexualmente, emocionalmente e pessoalmente (PRIOR, 2013).

Procurando abordar outro aspecto do fenômeno, Marcelle Silva, Antônio Paiva e Alessandra Moura (2013) problematizam as performances de gênero dos sujeitos envolvidos com a submissão e a prática de “feminização masculina” no BDSM. Para tanto, eles partem da ideia de que a feminização masculina pode ser pensada em termos de performances de gênero, conforme teorização de Judith Butler, cuja subversão de determinados códigos sociais produzem moralidades, remodelam corpos e transgridem a heteronormatividade (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013), tornando as noções de sexo, masculinidade e feminilidade processuais e discursivas. Logo, os autores se dedicam a explicar a prática ao longo do texto e a sua relação com o BDSM e a inversão de gênero, o que torna as experiências desses praticantes, mais uma construção mental do que física, diferentemente de outras experiências como as das *crossdresser* (*travestis*) e *trans+*⁴, que são tanto física como psicológicas (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013). Estão operando, portanto, uma desconstrução das “noções de masculino e feminino, a partir de análise de experiências que descontroem o masculino para reconstruí-lo tomando de empréstimo elementos do feminino, borrando as noções, não apenas de gênero, mas de identidade, no sentido de algo que é delimitado e delimitável” (SILVA; PAIVA; MOURA, 2013, p. 16).

Em consonância com a problematização que Gregori (2004) fez a respeito dos silêncios sobre os riscos e conteúdos que aludem à violência no BDSM comercial na nova face do erotismo, Sharon Cowan (2012) procura examinar outra face do BDSM comercial: a sua ligação com a prostituição. Neste artigo, a autora examina a relação entre as leis e políticas públicas pensadas sobre a prostituição no Reino Unido, em especial àquela que oferece serviços da esfera sadomasoquista e fetichista. No Reino Unido, uma onda de movimentos legais e formulações de políticas públicas tem classificado prostitutas como indivíduos “vulneráveis” que necessitam de “resgate” (COWAN, 2012), o que, aliado à ilegalidade das práticas BDSM que causem danos físicos, somente torna mais complexa a questão das mulheres que vendem sexo BDSM nesse contexto, principalmente em relação aos quesitos de vulnerabilidade, escolha, exploração, agência e poder. Assim, Cowan (2012) argumenta que o Estado britânico auxilia na construção de uma heteronormatividade que além de reforçar papéis de gênero tradicionais, insiste na responsabilização, reabilitação e punição daqueles sujeitos que se engajam em práticas sexuais de risco, ao impor categorias como vulnerabilidade sobre esses sujeitos. Logo, a autora procura oferecer uma crítica feminista da possibilidade de criminalização do BDSM comercial, através do exame dos estudos empíricos sobre o tema, ao mesmo tempo que argumenta ser necessário realizar estudos que abordem as vivências daqueles que compram e vendem o BDSM antes que se tome qualquer posição política em forma de lei, que definitivamente irá afetar a vida dessas pessoas.

4 O termo trans engloba as diferentes experiências de transformação corporal, que tem por objetivo adequá-lo ao gênero da pessoa. Trans masculinas e femininas são as mais frequentemente referidas pelo uso do termo.

Por fim, Susan Wright (2006), ativista envolvida com a NCSF (Coalizão Nacional para a Liberdade Sexual), organização feminista associada ao movimento de liberdade sexual nos Estados Unidos, faz, em seu trabalho, um apanhado histórico da luta das feministas praticantes SM contra a discriminação sofrida por parte de outras feministas ao longo das últimas décadas, culminando no movimento de liberdade sexual que foi fundamental para o surgimento da NCSF. Para a autora, sadomasoquismo inclui uma “grande variedade de práticas sexuais alternativas, como a troca consensual de poder, modificação corporal, *role play* (que destaca a troca de poder), e intensa estimulação física e emocional em contexto sexual” (WRIGHT, 2006, p. 218, *tradução nossa*), que ela usa para definir as práticas do que denomina comunidade SM e assim demonstrar como as histórias dessa comunidade estão entrelaçadas ao movimento feminista. Ao recontar tal história, Wright (2006) sublinha o peso da discriminação e estigma social que o SM invoca, relatando casos de agressão física e verbal, além de tentativas de boicote aos eventos promovidos pela comunidade, geralmente conferências e workshops com propósito recreacionais e educativos, uma vez que um dos pilares da prática SM, o lema SSC (são, seguro e consensual), não admite o consumo de substâncias entorpecentes por parte dos membros nos ambientes destinados à prática. Tal perseguição trouxe consequências sérias para a saúde, segurança e bem-estar daqueles envolvidos com a comunidade SM, demonstrada por dados de pesquisa que Wright (2006) cita ao longo do texto, cujo objetivo maior está na quase súplica por compreensão por parte daqueles que tão agressivamente se posicionaram e ainda se posicionam contra o BDSM.

5 - OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Conforme explicitado, o artigo de Lockhart a respeito dos discursos anti-BDSM e anti-sadomasoquista circulantes na academia serviu de inspiração para a realização deste trabalho, no qual nos propomos selecionar trabalhos feministas que abordassem a temática BDSM, a fim de analisar o que se tem produzido a respeito do BDSM por parte dessas perspectivas. Considerando o histórico de interações entre parte do movimento feminista e os *BDSMers*, lançamos o questionamento: o que tem se falado nos circuitos feministas sobre o BDSM nesses anos? Será que a animosidade entre os lados arrefeceu com o passar do tempo? Será que o desenvolvimento das pesquisas e das convivências entre os lados serviu para amenizar as tensões ou será que os lados continuam agarrados firmemente aos seus ideais, somente modificando-se os contextos sociais e históricos nos quais estão inseridos? Tais questionamentos são válidos, na medida em que percebemos a ausência de menções a respeito, tanto na mídia quanto na arena política, ou pelo menos uma presença de menções não tão proeminentes ou na mesma proporção que se desenrolou a “guerra dos sexos”, citada por Wright (2006). O aparente silêncio perante o assunto poderia gerar uma impressão de que o conflito já se encontra resolvido e que as partes não mais se engajam em debate.

No entanto, essa aparente calma não poderia estar mais longe da verdade. Como foi possível observar, o fenômeno BDSM ainda é recorrentemente debatido em trabalhos de diferentes perspectivas feministas, incluindo trabalhos bem recentes como o artigo publicado no ano de 2016. Logo, tampouco o debate foi esgotado, como também ainda acena para novos e interessantes desdobramentos nessa discussão.

Dessa forma, percebemos na leitura dos artigos encontrados, que o feminismo “pró-sexo”, com a sua crença no usufruto das práticas sexuais e na exploração livre das mesmas por parte das mulheres como forma de libertação e empoderamento, aparente-

mente tem contribuído para que o BDSM seja visto por novos ângulos, tanto pela academia, quanto por ativistas. O número relevante de estudos encontrados que analisaram o BDSM sob uma ótica mais compreensiva do que aquela promovida pelo feminismo radical foi um indicativo dessa tendência. Ainda mais quando se pode comparar dois trabalhos sobre o mesmo objeto (a trilogia “50 Tons de Cinza”), e que ainda foram publicados no mesmo ano. Enquanto as autoras espanholas, Enguix e Núñez (2015), expressaram sua aversão pelo BDSM ao identificá-lo como “perversão”, Musser (2015) já procurou enxergar o fenômeno como parte da narrativa, sob um ponto de vista que promove respeito pelas escolhas individuais e que enxerga o sexo não como um tabu, mas como um conjunto aberto de possibilidades.

Nesse sentido, foi possível evidenciar que, embora ainda persistam discursos dissonantes no que tange aos liames entre BDSM e feminismo, também se vislumbra a proliferação de todo um conjunto de trabalhos que analisam tais práticas fora do par antagônico que se resume, aprioristicamente, a condená-las ou a alforriá-las. Nessa trajetória emergem estudos que visivelmente se valeram das contribuições de autoras como Judith Butler, Rubin Gayle, Beatriz Preciado, dentre outros nomes, para avançarem em discussões que, através (ou a partir) do BDSM, abarcaram a desvinculação entre prazer e genitalidade; a heteronormatividade; a performatividade do gênero e; a problematização entre poder e consensualidade. Nesse ínterim, é válido sublinhar a visão de Preciado (2007, p.3 – *tradução nossa*) ao afirmar que o novo feminismo pós-pornô, *punk* e trans-cultural assinala que a melhor proteção contra a violência de gênero “não é a proibição da prostituição, mas a tomada do poder econômico e político pelas mulheres e pelas minorias migrantes. Do mesmo modo, o melhor antídoto contra a pornografia dominante não é a censura, mas a produção de representações alternativas da sexualidade, feitas a partir de olhares diferentes do olhar normativo”. Nessa mesma linha de raciocínio, entendemos que o BDSM erótico pode ser encarado como uma via para a criação de novos modos de existência e para a busca por maior liberdade das práticas e das expressões sexuais “dissidentes”, ao encarar o sexo não como uma fatalidade, mas como a “possibilidade de aceder a uma vida criativa” (FOUCAULT, 2004, p.1).

Por fim, é válido indicar as limitações desse trabalho que, seja em função de seus objetivos ou de seu escopo, não foi capaz de explorar diversos pontos críticos que envolvem o BDSM e seu entrelaçamento com outras dimensões como raça e classe, ligados à diferentes lentes teóricas como a perspectiva feminista decolonial, que podem fomentar uma compreensão mais robusta sobre o fenômeno e frutíferas agendas de pesquisas nesse campo. Em suma, também esperamos que o presente ensaio possa contribuir para a não-estigmatização do fenômeno e dos seus praticantes, permitindo que se explorem novos ângulos de problematização entre o BDSM e as perspectivas feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTENHOEFER, Gwendolin. Friend hoppers, pleasure activism, the Schlampagne and the Octopus: non-monogamous activism in the German lesbian-feminist subculture. *Electronic Journal of Human Sexuality*, v. 12, 2009.
- BARBIERI, Teresita. de. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. *Revista Interamericana de Sociologia*, Ano VI, n. 2-3, 1992.
- BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. *Rio de Janeiro: Nova Fronteira*, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- COWAN, Sharon. To Buy or Not to Buy? Vulnerability and the Criminalisation of Commercial BDSM. *Feminist Legal Studies*, v. 20, n. 3, 2012, p. 263-279.
- D'ATRI, Andrea. Pão e Rosas: Identidade de gênero e antagonismo de classes no capitalismo. *Edições Iskra*, 2008.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 65-90, 2015.
- ENGUIX, Begonya; NÚÑEZ, Francesc. Género, sexualidad y posfeminismo en Cincuenta sombras de Grey. *AIBR Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 10, n. 1, 2015, p. 49-74.
- FACCHINI, Regina. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana*, n. 14. Ago., p. 195-228, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, Uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade. *Verve*, São Paulo, n. 5, p.260-277, 2004.
- FREITAS, Fátima Regina Almeida de. Bondage, Dominação/Submissão E Sadomasoquismo: Uma Etnografia Sobre Práticas Eróticas Que Envolvem Prazer e Poder em Contextos Consensuais. *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Ago., 2010.
- FREITAS, Fátima Regina Almeida de. Sexualidades: Prazeres, Poderes e Redes Sociais. In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais UFG, *Anais...* Nov., 2011.
- GREGORI, Maria Filomena. Prazeres perigosos: o contrato e a erotização de corpos em cenários sadomasoquistas. *Etnográfica [Online]*, v. 19, n. 2, 2015.
- GREGORI, Maria Filomena. Práticas Eróticas e Limites da Sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, v. 42, p. 47-74, 2014.
- GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, n. 4/b, 2004.
- LOCKHART, Luke. “If you have sex differently from the mainstream, you are at risk”, the “sexual freedom movement,” sadomasochism, and alternative sexuality as an innovative & progressive social movement. *Communication (Rhetorical Criticism)*, p. 2-22, Nov. 2009.
- LOCKHART, Luke. Anti-Sadomasochist & Anti-BDSM Discourse, Biopower, and Notions of the Perverse – Foucault’s Deployment of Sexuality & the New Discourse of Sexuality. *PhD Proposal*, v. 1, 2015.
- MELO, Marília Loschi de. Atribuição e negociação de identidades em festas BDSM no Rio de Janeiro. *INTRATEXTOS*, Rio de Janeiro: Número Especial 01, 2010, p. 64-84.
- MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. In: INGOLD, T. Companion Encyclopedia of Anthropology. *London, Routledge*, 1997.
- MUSSER, Amber Jamilla. BDSM and the boundaries of criticism: Feminism and neoliberalism in Fifty Shades of Grey and The Story of O. *Feminist Theory*, v. 16, n. 2, 2015, p. 121-136.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madri: Opera Prima, 2002.
- PRECIADO, Beatriz. Mujeres en los márgenes. *El País*, v. 13, 2007.
- PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos ‘anormais’.(Universidade de Paris VIII). Revista de Estudos Feministas. Trad: Cleiton Zóia Mündhow, Viviane Teixeira Silveira (org. 2003). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 312, 2011.
- PRIOR, Emily. Women’s perspectives of BDSM power exchange. *Electronic Journal of Human Sexuality*, v. 16, 2016, p. 1-19.

- RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, 2005.
- RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas de sexualidade*. 2003. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018
- SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Lígia. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. *Mneme-Revista de Humanidades*, v. 5, n. 11, jul./set., 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, 1990.
- SILVA, Marcelle Jacinto da; PAIVA, Antônio Cristian Saraiva; MOURA, Alessandra Alves de. Da submissão à feminização masculina: subversões de gênero no BDSM. *Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo*, Natal: Agosto, 2013.
- WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Cervantes, 2006.
- WRIGHT, Susan. Discrimination of SM-Identified Individuals. *Journal of Homosexuality*, v. 50, n. 2-3, 2006, p. 325-348.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento concedido através de bolsa de mestrado para a realização deste artigo.